

VII SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA – XXV
Semana
de Iniciação Científica da URCA
e VIII Semana de Extensão da URCA

12 a 16 de dezembro de 2022

Tema: “DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA, INDEPENDÊNCIA E SOBERANIA NACIONAL”



**EDUCAÇÃO PÚBLICA X EDUCAÇÃO PRIVADA:
A NEGAÇÃO DE UM DIREITO SOCIAL?**

Manoel Ítalo Pereira Dantas¹, Maria Vitória Dantas dos Santos², Lucas Lira de Menezes³

Resumo: É notório que no cenário mundial a Educação é um forte aliado no processo de formação cidadã, porém, o oligopólio empresarial tem se mostrado grande adversário na disseminação de uma educação pública de qualidade. Este trabalho tem como objetivo demonstrar o crescente impacto de uma tentativa de privatização da educação. Para esta pesquisa se utilizou o método de abordagem dedutivo, que possui como característica a utilização de premissas gerais para, a partir delas, se chegar a conclusão. O método aplicado no desenvolvimento do projeto de pesquisa foi o de caráter descritivo, pois descreve de que forma os limites da privatização de um direito essencial é vista e impactada nos diferentes setores públicos e privados. Destarte, destacou-se os processos atuais de privatização que possuem como finalidade o esvaziamento do direito universal de Educação para um viés de demanda lucrativa no setor empresarial. Por fim, é evidente a necessidade de embates contra processos endógenos que levam para o interior da escola pública interesses elitistas e cooperativistas, que geram constante competição individualista através da imagem de um mundo capitalista e operacional.

Palavras-chave: Direito. Educação Pública. Privatização.

1. Introdução

É perceptível que no Brasil e em muitos outros países há uma crença presente da esfera privada na educação. Tais premissas são evidenciadas pelo crescente número de pesquisas que possuem como finalidade compreender de que forma o espaço educacional se comporta mediante as estratégias de privatização.

Dados do FENEP (Federação Nacional das Escolas Particulares) demonstraram que apenas no ano de 2019 o crescente impacto do setor educacional privado no país foi responsável por contribuir para o PIB um valor de 126,5 bilhões de reais, gerando uma contribuição de 1,65% no PIB Nacional. Além da direta contribuição de 20 bilhões de reais para a Previdência Oficial e o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) destacando o impacto deste

¹ Universidade Regional do Cariri, email: italo.dantas@urca.br

² Universidade Regional do Cariri, email: vitória.dantas@urca.br

³ Professor orientador, Universidade Regional do Cariri, email: lucas.lira@urca.br

VII SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA – XXV

Semana de Iniciação Científica da URCA e VIII Semana de Extensão da URCA

12 a 16 de dezembro de 2022

Tema: “DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA, INDEPENDÊNCIA E SOBERANIA NACIONAL”



setor no mercado de trabalho, uma vez que no ano de 2019, o ensino privado tinha 1,25 milhões de vínculos empregatícios formais.

Ball e Yodell (2007) dentro desse viés nos apresenta duas dimensões que correspondem aos processos e estratégias de privatização: os processos endógenos e exógenos: a primeira diz respeito a primeira se caracteriza aos processos de privatização na educação pública e são caracterizadas pela implementação de ideias e técnicas que são inerentes do setor privado com a finalidade de tornar o setor público mais parecido com o privado; nos processos exógenos temos o processo reverso, havendo uma tentativa de privatização da educação pública, com a finalidade de uma maior participação da mesma no setor privado.

Destarte, é imprescindível um maior engajamento do Estado através de políticas públicas educacionais para que não seja necessário haver uma privatização da educação para que esta venha a ter a devida qualidade esperada. E a problemática central desse projeto é: como combater as tentativas do setor privado de tornar a educação, que é um bem público e universal aos cidadãos brasileiros, em uma mercadoria pretendendo apenas a acarretar a geração de capital?

2. Objetivo

2.1. Objetivo Geral

Demonstrar as significativas mudanças e os impactos ocasionados pelo capitalismo na tentativa de tornar um direito essencial garantido em uma mercadoria, e de que forma a educação pública é impactada em consequência deste feito.

2.2. Objetivo Específico

Descrever, de que forma a educação pública de qualidade está sendo comercializada pelos interesses empresariais, dificultando a educação pública como um direito universal de qualidade ao que todos devem ter acesso.

3. Metodologia

O método de pesquisa que será aplicado nessa pesquisa será o de caráter descritivo, visto que descreve de que forma os limites da privatização de um direito essencial a educação é vista e impactada nos diferentes setores públicos e particulares. Por fim, a pesquisa a ser realizada será delimitada com caráter qualitativo, compreendendo um estudo bibliográfico que se utilizará de fontes secundárias, tais como a exploração da temática através de artigos, monografias, dissertações, livros, teses, etc.

4. Resultados

VII SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA – XXV

Semana de Iniciação Científica da URCA e VIII Semana de Extensão da URCA

12 a 16 de dezembro de 2022

Tema: "DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA, INDEPENDÊNCIA E SOBERANIA NACIONAL"



No Brasil a educação além de ser um direito fundamental assegurado pelo Artigo 205 da Constituição Federal de 1988, que versa:

"A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho."

Ela também é livre a iniciativa privada, o que acarreta na possibilidade de criação de escolas por pessoa jurídica de direito privado.

A natureza dessas escolas, com fins lucrativos ou não, além de estar prevista na Constituição Federal de 1988, citada anteriormente, também está regido pelas Diretrizes Nacionais de Educação e Lei de Bases de 1996 (OLIVEIRA, 2007). Já no que toca ao seu funcionamento, está sujeito à autorização de órgãos governamentais que, por sua vez, são responsáveis por validar os certificados emitidos e verificar seu funcionamento no caso da educação básica. (CURRY, 2002).

Em pesquisa realizada no ano de 2015 pelos Doutores em Educação Vera Lúcia Jacob e Nelson Cardoso Amaral os autores demonstram os impactos ocasionados pelos desdobramentos empresariais na expansão do ensino superior no Brasil, acarretando um processo oligopólio do setor privado na educação.

Tais percepções demonstram haver um movimento de reconfiguração do ensino público e privado marcado principalmente pelo descomedido avanço do setor privado na educação em processos de privatização endógenos e exógenos presentes nos trabalhos desenvolvidos por Ball e Yodel (2008).

Sobre tais avanços sofridos pela educação, principalmente no âmbito privado, podem ser explicados pela crescente expansão capitalista que se assola em meio ao desenvolvimento do Brasil, como já defendem Silva Junior e Sguissardi (2001, p. 101):

O entendimento do público e do privado no capitalismo e de seu movimento somente se pode dar com a compreensão do movimento do capital e das crises do capitalismo, que instalam novos modos de conformação do público e do privado, que redesenham as relações entre o estado e a sociedade e reconfiguram as instituições da sociedade civil e do estado (SGUISSARDI, 2001, p.101).

Destarte, a respeito das significativas mudanças e dos impactos ocasionados pelo capitalismo, que acarretam direta mudança e constantes modificações, não só na educação pública e privada, mas também na sociedade como um todo, versa o autor José Luís Sanfelice:

(...) a economia transforma-se na mais forte dimensão ideológica e em vez do poder político originar-se na sociedade, como propunha Locke, o que vemos é a emergência do poder político (com tênues mediações)

VII SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA – XXV

Semana de Iniciação Científica da URCA e VIII Semana de Extensão da URCA

12 a 16 de dezembro de 2022

Tema: “DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA, INDEPENDÊNCIA E SOBERANIA NACIONAL”



na economia e sua submissão ao mercado. Impõe-se, pois, um regime político em cujo centro encontra-se uma racionalidade científica instrumental para que o indivíduo, sem sentimento de pertença a qualquer coletivo, assuma uma forma de ser social, na qual ele mais se nega, na qual ele se torna mais do que nunca mercadoria e a condição humana, historicamente, parece retroagir mais de 300 anos (SANFELICE, 2003, p. 1395)

A questão que viabiliza os fatos aqui expostos é que o capitalismo molda a sociedade e conseqüentemente a educação. No entanto, a educação bem como vista anteriormente nas alíneas da Constituição Federal, se trata de um bem público, logo deve ter finalidades públicas, pois se trata de um direito Constitucional.

5. Conclusão

Com base no que fora levantado, a privatização da educação acaba por dificultar a educação pública como um direito universal ao que todos devem ter acesso. Tais tentativas de privatização nos moldes endógenos citados ao decorrer do trabalho interiorizam em escolas públicas interesses elitistas e corporativistas gerando constante sentimento de competição individualista através da imagem de um mundo capitalista e operacional.

Sendo assim, conclui-se até o momento que é unicamente através da educação como um bem público acessível a todos que o Estado pode garantir e sua função basilar para com todos os cidadãos: garantir uma vida digna e justa para todos os indivíduos de uma sociedade.

6. Referências

BALL, S.; YODELL, D. **Privatización encubierta en la educación pública**. Internacional de la Educación. Bruselas, 2008. Disponível em: <http://firgoa.usc.es/drupal/files/2007-00242-01-S.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 06 nov. 2022.

CHAVES, V.L.J.; AMARAL, N. **A Educação Superior no Brasil: os desafios da expansão e do financiamento e comparações com outros países**. Revista Educação em Questão, Natal, v. 51, n. 37. jan./abr. 2015.

Cury, C R. J. **A educação escolar no Brasil: o público e o privado**. In Trabalho, Educação e Saúde, v. 4 n. 1, 2006.

FONTES, Raquel. **Que Educação é Pública? A Privatização de um Direito**. Eccos Revista Científica, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/7832/4968>. Acesso em: 06

VII SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA – XXV
Semana
de Iniciação Científica da URCA
e VIII Semana de Extensão da URCA

12 a 16 de dezembro de 2022

Tema: “DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA, INDEPENDÊNCIA E SOBERANIA NACIONAL”



nov. 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

OLIVEIRA, R.P. **Da Universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica**. Educ. Soc., Campinas , v. 28, n. 100, Out. 2007

SANFELICE, J. L. **Reforma do Estado e da Educação no Brasil De FHC**. Educ. Soc., Campinas, vol. 24, n. 85, p. 1391-1398, dezembro 2003.

SILVA JUNIOR, J.; SGUISSARDI, V. **Novas faces da educação superior no Brasil – reforma do Estado e mudanças na produção**. São Paulo: Cortez, 2001.